

15/02/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 630.935 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL - IPERGS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
AGDO.(A/S) : SEVERINO SEGALA
ADV.(A/S) : MARCELO BRAGA DE LIMA E OUTRO(A/S)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. LEI N. 7.672/1982 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA. DIREITO DO SERVIDOR À REPETIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência da Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, **em negar provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário**, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011.

Ministra CÁRMEN LÚCIA - Relatora



15/02/2011**PRIMEIRA TURMA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 630.935 RIO GRANDE DO SUL**

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S)	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGDO.(A/S)	: SEVERINO SEGALA
ADV.(A/S)	: MARCELO BRAGA DE LIMA E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Em 5 de novembro de 2010, dei provimento ao recurso extraordinário interposto por Severino Segala contra julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que reformara sentença de procedência de pedido de repetição de valor cobrado a título de Contribuição para o Custeio de Assistência Médica (Lei n. 7.672/1982) no período entre o início de vigência da Emenda Constitucional n. 20/1998 e a edição da Lei Complementar estadual n. 12.065/2004 (15.12.1998 a 29.6.2004). A decisão agravada teve a seguinte fundamentação:

“Na espécie vertente, os valores relativos à Contribuição para o Custeio da Assistência à Saúde foram descontados, compulsoriamente, dos proventos do Recorrente (com base na Lei Gaúcha n 7.672/82) desde o início de vigência da Emenda Constitucional n. 20/98 até a edição da Lei Complementar Estadual n. 12.065/04, que teria supostamente sanado a inconstitucionalidade.

Assim, no prover a apelação interposta pelo ora Recorrido e impedir a repetição daqueles valores em virtude da efetiva utilização dos serviços médicos prestados e da ausência de solicitação de cancelamento do plano de assistência médica, cuja adesão era legalmente obrigatória, o Tribunal de origem divergiu da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

RE 630.935 AgR / RS

Confira-se, a propósito, o seguinte julgado:

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA DIFERENCIADA. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. LEI ESTADUAL Nº 7.672/82. NATUREZA DO TRIBUTO. ESPÉCIE VINCULADA AO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL. RESTITUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO ADVENTO DA EC Nº 20/98. - O custeio da assistência médica diferenciada presente no Estado do Rio Grande do Sul, por se tratar de ação voltada a assegurar direitos relativos à saúde, é espécie vinculada ao financiamento da seguridade social e, portanto, conforme decidido por esta Corte na ADI 2.010-MC, rel. Min. Celso de Mello, não pode ser aplicado aos aposentados e pensionistas. - Ocorrerá restituição das contribuições a partir do advento da EC nº 20/98, não se tratando, obviamente, de enriquecimento sem causa dos pensionistas, por ser um direito devidamente reconhecido a eles por esta Corte. - Agravo regimental a que se nega provimento” (RE 346.797-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Primeira Turma, DJ 28.11.2003 – grifos nossos).

7. Pelo exposto, dou provimento ao recurso extraordinário (...) para restabelecer a sentença proferida pelo Juízo de primeiro grau, inclusive quanto aos ônus de sucumbência” (fls. 177-178 – grifos nossos).

2. Publicada essa decisão no DJe de 24.11.2008 (fl. 179), interpõe o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS, ora Agravante, tempestivamente, agravo regimental (fls. 181-188).

3. Afirma o Agravante que não ficou “*demonstrado que o servidor está compulsoriamente vinculado ao chamado IPE-Saúde e que paga a contribuição mensal de 3,6% contra a sua vontade*” (fl. 182).

Requer a reconsideração da decisão agravada ou o provimento do presente recurso.

É o relatório.

15/02/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 630.935 RIO GRANDE DO SUL

VOTO**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

2. Como afirmado na decisão agravada, este Supremo Tribunal assentou a natureza tributária (e por consequência lógico-jurídica, compulsória) da Contribuição para o Custeio de Assistência Médica instituída pela Lei gaúcha n. 7.672/1982, do que decorre o direito do Agravado (inativo) à sua repetição em relação ao período objeto desta ação (entre o início da vigência da Emenda Constitucional n. 20/1998 e o da Lei n. 12.065/2004, editada com base na Emenda Constitucional n. 41/2003). Nesse sentido:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO - CONTRIBUIÇÃO INSTITUÍDA PELA LEI ESTADUAL Nº 7.672/82 - EXAÇÃO DESTINADA AO CUSTEIO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - INCIDÊNCIA SOBRE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL, DESDE QUE CONCERNENTE A PERÍODO NÃO POSTERIOR À PROMULGAÇÃO DA EC Nº 20/98 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS. - Revela-se constitucionalmente possível exigir-se, de pensionistas e inativos, o recolhimento de contribuição previdenciária, desde que a respectiva cobrança refira-se a período anterior ao advento da EC 20/98, pois, a partir da promulgação dessa emenda à Constituição da República - e quanto a inativos e pensionistas -, tornou-se juridicamente incabível, quer no plano da União Federal, quer no âmbito dos Estados-membros e do Distrito Federal, quer, ainda, na esfera dos Municípios, a própria instituição de tal modalidade de contribuição especial. Precedentes. Se

RE 630.935 AgR / RS

o Poder Público, no entanto, mesmo após o advento da EC 20/98, continuar a exigir, dos respectivos servidores inativos e pensionistas, o correspondente pagamento da contribuição previdenciária, sujeitar-se-á à obrigação de devolver-lhes os valores por eles eventualmente já recolhidos. Precedentes. - Entendimento aplicável à contribuição destinada ao custeio de assistência médica a que se refere a Lei nº 7.672/82 do Estado do Rio Grande do Sul. Precedentes” (RE 364.240-AgR-ED, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 6.8.2004 – grifos nossos).

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA DIFERENCIADA. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. LEI ESTADUAL Nº 7.672/82. NATUREZA DO TRIBUTO. ESPÉCIE VINCULADA AO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL. RESTITUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO ADVENTO DA EC Nº 20/98. - O custeio da assistência médica diferenciada presente no Estado do Rio Grande do Sul, por se tratar de ação voltada a assegurar direitos relativos à saúde, é espécie vinculada ao financiamento da seguridade social e, portanto, conforme decidido por esta Corte na ADI 2.010-MC, rel. Min. Celso de Mello, não pode ser aplicado aos aposentados e pensionistas. - Ocorrerá restituição das contribuições a partir do advento da EC nº 20/98, não se tratando, obviamente, de enriquecimento sem causa dos pensionistas, por ser um direito devidamente reconhecido a eles por esta Corte. - Agravo regimental a que se nega provimento” (RE 346.797-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Primeira Turma, DJ 28.11.2003 – grifos nossos).

3. Os argumentos do Agravante, insuficientes para modificar a decisão agravada, demonstram apenas inconformismo e resistência em pôr termo a processos que se arrastam em detrimento da eficiente prestação jurisdicional.

4. Pelo exposto, nego provimento ao agravo regimental.

PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 630.935**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIAAGTE.(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- IPERGS

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

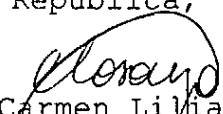
AGDO.(A/S) : SEVERINO SEGALA

ADV.(A/S) : MARCELO BRAGA DE LIMA E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 15.2.2011.

Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.


Carmen Lillian
Coordenadora